



## **ALTA FECUNDIDADE GUARANI: CENTRALIDADE OU VULNERABILIDADE DA CONDIÇÃO FEMININA?**

Sofia Pereira Madeira<sup>1</sup>

### *Introdução*

Muitos foram os pesquisadores que se dedicaram ao estudo de populações indígenas da América Latina na tentativa de melhor conhecer estas sociedades, realizando inúmeros trabalhos etnográficos dotados de grande relevância científica e acadêmica. Contudo, foi a partir da década de 1980 que se pôde notar um novo e decisivo impulso nos estudos antropológicos e etnográficos sobre os povos indígenas no Brasil, marcados por um maior rigor metodológico e elevada ambição analítica, alcançando maior valor científico.

Com a intensificação dos estudos interdisciplinares, viabilizados pela junção de ferramentas técnicas e analíticas advindas de diferentes disciplinas e áreas de estudo, a Antropologia se encontra rodeada de importantes instrumentos teóricos e metodológicos para uma mais ampla e profunda investigação das questões indígenas. A Demografia, importantíssima ciência social munida de teorias e técnicas próprias, tem se mostrado capaz de descrever e explicar os distintos processos populacionais vivenciados pelos povos indígenas em contribuição aos estudos antropológicos, ou seja, investigações antropodemográficas lançam luz sobre as características culturais e demográficas das populações indígenas em estudo e captam as inter-relações entre cultura e dinâmica populacional.

Este novo campo de estudo, denominado demografia antropológica ou antropodemografia, é um esforço interdisciplinar para a coleta, análise e interpretação de informações que venham a esclarecer processos histórico-demográficos vivenciados por populações tradicionais. Estas disciplinas trabalham com o mesmo objeto de estudo, que são “(...) constructos teóricos que demarcam um determinado número de pessoas convivendo em um determinado território e que compartilham características culturais e demográficas” (AZEVEDO, 2003:8).

Tanto a Demografia quanto a Antropologia têm natureza comparativa e visam a elaboração de teorias que se apliquem a um grande número de povos ou sociedades; a primeira busca conhecer determinantes e conseqüências demográficas de processos culturais e a segunda quer compreender como os processos culturais são influenciados pelos processos demográficos (Azevedo, 2003). Nesse sentido, “ambas as disciplinas tiveram suas teorias elaboradas a partir de muitas pesquisas de

---

<sup>1</sup> Antropóloga, Mestre em Demografia pela UNICAMP. [sofiapmadeira@gmail.com](mailto:sofiapmadeira@gmail.com)



campo, descrições de dados populacionais e etnográficos e têm métodos e teorias que foram mutuamente enriquecidos ao longo dos anos” (AZEVEDO, 2003:8).

Nessa perspectiva, as análises comparativas de distintas sociedades com dinâmicas demográficas específicas alimentam as interfaces entre a demografia e a antropologia, valorizando a importância de se conhecer os padrões sócio-culturais de um povo para melhor compreender seus processos populacionais. Isso porque:

Diferentes organizações sociais, sistemas familiares e de parentesco, regras de casamento e de residência, padrões de idade da menarca e da menopausa, ao casar e ao dar luz ao primeiro filho, normas relativas à concepção e contracepção, intervalo entre os nascimentos, tempo de aleitamento, entre tantos outros, são aspectos da cultura dos povos relativos à reprodução biológica e social que tem considerável influência nos regimes demográficos experimentados pelas diferentes sociedades, principalmente as de pequena escala (PAGLIARO; AZEVEDO, 2008: 417).

Assim, “utilizando a metodologia de coleta de informações própria à antropologia associada às ferramentas da análise demográfica para interpretar os fenômenos sócio-culturais observados” (PAGLIARO; AZEVEDO, 2008: 417), os estudiosos da chamada Demografia Antropológica ou Antropodemografia se munem de um conjunto teórico-metodológico fundamental para o esclarecimento das dinâmicas demográficas dos povos indígenas.

Por essa razão, ressalta-se a relevância deste novo campo de estudo, sendo necessário incentivar um maior número de pesquisas nesta importante área de interseção, capaz de suprir o déficit de informações sobre o contingente populacional indígena no Brasil, suas características demográficas, sociais, culturais e econômicas, ampliando o conhecimento sobre essas populações e favorecendo a elaboração de políticas públicas que visem atendê-las - a fim de reverter o quadro desfavorável em que se encontram os povos indígenas no Brasil.

### *Os Povos Indígenas e a Transição Demográfica: a relação entre a fecundidade e o crescimento populacional*

Conforme vimos, assiste-se, desde o início dos anos 1980, um crescente interesse de antropólogos e demógrafos pelo estudo do comportamento demográfico de populações indígenas. Segundo Pagliaro (2002a), tal fato se deve, fundamentalmente, ao maior conhecimento antropológico dos padrões culturais desses povos - o que proporciona maior inteligibilidade das dinâmicas populacionais por parte do pesquisador, capaz de relacionar comportamento



demográfico, estrutura social e sistema cultural - e, sobretudo, à evidente “recuperação demográfica”<sup>2</sup> (LANDRY 1934 *apud* ERVITTI DIAZ, 1998) de vários povos indígenas no Brasil.

Diversas pesquisas têm mostrado que, desde o final do século XX, inúmeros povos indígenas no Brasil estão vivenciando um mesmo processo demográfico: o rápido incremento populacional (PAGLIARO et al., 2005). Contudo, o motivo desse acelerado crescimento é alvo de importantes questionamentos, sobre o qual não há consenso. Azevedo (2006: 55) indaga:

(...) É algo semelhante ao “baby boom” pós-guerras? Ou seja, é um fenômeno de recuperação demográfica ou é uma diferente dinâmica que tem raízes culturais e territoriais? Ou é uma fase temporária que pode acontecer muitas vezes no início da transição demográfica, que se caracteriza por um aumento da população causado pela alta fecundidade e queda da mortalidade?

Entre as várias interpretações possíveis a respeito deste crescimento populacional, há quem a identifique como a segunda etapa do processo de transição demográfica, chamada de revolução demográfica (LANDRY 1934 *apud* ERVITTI DIAZ, 1998) . Segundo Thompson (1929), o processo de transição pressupõe quatro etapas pelas quais uma sociedade com elevados níveis de natalidade e mortalidade passa até alcançar baixos valores destas mesmas variáveis.

Inicialmente, num período pré-moderno, as taxas de natalidade e mortalidade são elevadas e a população sofre constantes oscilações devido a sua vulnerabilidade perante epidemias e eventos naturais como seca e dilúvios. A transição teria início com a queda da mortalidade, proporcionada por melhorias nas condições de saneamento básico e saúde, configurando uma fase intermediária com mortalidade decrescente enquanto a natalidade aumenta ou permanece elevada, provocando um rápido incremento demográfico. Posteriormente, com a urbanização, industrialização e o maior acesso aos métodos contraceptivos modernos, a fecundidade entraria em queda, reduzindo as taxas de natalidade e favorecendo a estabilidade da população. Finalmente, numa etapa pós-moderna, os níveis da natalidade caem abaixo do nível de reposição e, paralelamente ao já baixo nível de mortalidade, a população tende a envelhecer e entrar em declínio (THOMPSON, 1929).

De fato, as populações indígenas em processo de crescimento populacional apresentam uma mortalidade moderada, normalmente em queda, e altas taxas de natalidade - cenário compatível com a fase intermediária do processo de transição demográfica -, equação que resulta em rápido aumento populacional. No entanto, muitas são as críticas em torno da teoria da transição

---

<sup>2</sup> A expressão “recuperação demográfica” diz respeito à fase intermediária do processo de transição demográfica - sobre o qual o demógrafo francês Adolphe Landry (1874-1956) foi o primeiro a escrever, embora sem a pretensão de criar uma teoria a respeito do que chamou de “revolução demográfica” - na qual há um elevado crescimento da população. Esse processo de retomada do crescimento é visível entre diversos povos indígenas no Brasil após períodos de perdas numéricas devido a guerras, epidemias, catástrofes ambientais, entre outros fatores (LANDRY 1934 *apud* ERVITTI DIAZ, 1998).



demográfica, uma vez que esta pressupõe um processo linear, universal e unidirecional no tocante às transformações das variáveis mortalidade e natalidade.

Em estudos sobre a transição demográfica na América Latina, Guzmán et al. (2006) identificaram diferentes etapas neste processo e a alteração da seqüência em que os eventos demográficos ocorrem. A teoria da transição demográfica pressupõe a precedência da queda da mortalidade e a subsequente queda da fecundidade, tendo impactos positivos na expectativa de vida ao nascer e no declínio da taxa de crescimento natural da população. Porém, tanto a queda da mortalidade quanto da fecundidade se deram de modo muito distinto entre os países da América Latina e do Caribe, sendo necessário pensar em “transições” demográficas.

Na América Latina, a transição da fecundidade não foi regulada pela nupcialidade, como ocorreu nos países europeus com o adiamento dos casamentos e o aumento do número de mulheres solteiras nas idades adultas. Na região latina e caribenha, diferentemente do restante do mundo, o início da transição se deu com o aumento da fecundidade e da proporção de casamentos entre 1950 e 1960, simultaneamente à queda da mortalidade. A nupcialidade passou a se dar mais precocemente e a fecundidade permanecia elevada, o que, somado à rápida queda da mortalidade, fez com que a taxa de crescimento atingisse 3% ao ano no decênio 1950-1960 (GUZMÁN et al., 2006). A queda da fecundidade se deu por múltiplas causas e em velocidades distintas entre os vários países do mundo, entre os latinos e caribenhos e ainda entre os distintos grupos sociais no interior dessas populações. Contudo, a informação e o acesso aos métodos contraceptivos eficazes (sobretudo a esterilização feminina e a pílula) fizeram com que a fecundidade das mulheres latino-americanas fosse mais facilmente controlada.

Os autores concluem que as variações nos processos de transição demográfica entre os países latino-americanos e caribenhos se devem aos fatos originários de sua cultura e história, como a colonização, o regime político e econômico da escravidão e da monocultura, o genocídio de uma significativa parcela das populações indígenas nativas e a imposição etnocêntrica de padrões culturais, além do desigual processo de modernização observado na região, o que reforça a colocação de que há diversas e distintas transições demográficas (PATARRA e OLIVEIRA, 1988).

Nessa perspectiva, muitas são as críticas à teoria da transição demográfica, tal como foi formulada por Thompson (1929) e defendida por Notestein (1945), apontando que esta não leva em consideração a diferença no patamar inicial e final das funções mortalidade e fecundidade vivenciado por distintas sociedades, tampouco explica as diferentes intensidades e velocidades deste



processo (PATARRA e FERREIRA, 1986; PATARRA e OLIVEIRA, 1988; GOLDANI, 1985; CHESNAIS, 1992; SOUZA, 2008).

As etapas sugeridas nesse modelo teórico configuram-se como previsões estendidas a todas as populações do mundo, mas se baseiam em eventos ocorridos em países desenvolvidos da Europa Ocidental e nos Estados Unidos. Ademais, a teoria é formulada como se todos os povos desejassem e/ou deveriam alcançar um mesmo padrão de comportamento reprodutivo, se esquivando de ponderar importantes questões históricas e culturais que antecedem e modelam as condutas demográficas. Enfim, essa teoria reluta:

(...) em reconhecer o significado de baixas ou altas taxas de crescimento populacional como parte de um longo processo histórico e enquanto um produto de uma ampla diversidade de sistemas socioeconômico e cultural, ou seja, a dificuldade de se associar, em uma perspectiva temporal longa, os níveis e tendências demográficas às dimensões explicativas no contexto social em que se processam (SOUZA, 2008: 18).

Vários foram os esforços para encontrar modelos teóricos explicativos que abrangessem um grande número de realidades sócio-demográficas, encontrando semelhanças e repetições que pudessem sustentar teorias pautadas, principalmente, no comportamento demográfico e no desenvolvimento sócio-econômico das populações. Nesse sentido, Lorimer (1958) e outros autores, por iniciativa da IUSSP (International Union for the Scientific Study of Population) e com apoio da UNESCO, realizaram um estudo internacional e interdisciplinar que visava entender como se processava a dinâmica demográfica de alguns países em processo de industrialização. O autor comenta as hipóteses formuladas durante esta pesquisa sobre as relações entre cultura - sobretudo a organização social - e fecundidade, representando um grande avanço deste trabalho, uma vez que, conforme salientou Azevedo (2003: 9): “estas práticas (*reprodutivas*) são relacionadas com problemas econômicos ou demográficos ou com explicações psicológicas, mas não são geralmente relacionadas com aspectos da própria organização social, seja casamento ou parentesco”.

Em uma abordagem cultural, Lorimer (1958) ressalta os valores e práticas reprodutivas como parte da estrutura social, relacionadas aos sistemas de organização interna de cada povo ou sociedade. Partindo dos níveis e padrões encontrados pela pesquisa, o autor os relacionou aos tipos de sociedades e organizações sociais conhecidas, classificando três combinações possíveis: 1) sociedades organizadas em clãs, linhagens ou castas tendem a ter a fecundidade mais elevada; 2) sociedades com ênfase na família extensa e na produção agrária - como os Guarani, por exemplo - têm seus indivíduos geograficamente dispersos, reduzindo a pressão social sobre o número de filhos, apresentando uma fecundidade alta, porém, menor que a encontrada entre o primeiro grupo e



3) sociedades com ênfase em famílias nucleares que, apesar de valorizarem a prole, tendem a gerar níveis mais baixos de fecundidade.

Em outras palavras, isso significa dizer que sistemas sociais com unifiliação, nos quais a descendência é transmitida por apenas um dos genitores<sup>3</sup>, a fecundidade tende a ser a mais alta, seguida pelos sistemas sociais cuja descendência é transmitida por ambos os genitores, tendendo a produzir famílias menores, nucleares, através de uma fecundidade mais baixa. Isso se deve, substancialmente, ao fato de que “(...) níveis altos de fecundidade requerem uma combinação entre o suporte familiar, motivações culturais e recursos econômicos” (AZEVEDO, 2003: 10).

Outras pesquisas se dedicaram à interface entre a demografia e antropologia no entendimento do comportamento demográfico e reprodutivo em íntima relação com algumas variáveis culturais, como a realizada por Zubrow (1976) sobre estrutura social e processos demográficos diversos no tempo e no espaço, através de metodologia quantitativa. O autor chegou a resultados polêmicos e antropologicamente questionáveis, anunciando máximas de teor determinista como: a fecundidade é função direta da demanda por trabalho e da demanda da família por capital; a fecundidade é diretamente relacionada com o casamento, isto é, à frequência dos casamentos, idade ao casar, frequência dos intercursos sexuais e concepção. Entretanto, em muitos casos essas equações não se aplicam, questionando a generalidade dessas conclusões.

Em 1929, com a apresentação da teoria da transição demográfica desenvolvida por Warren Thompson (1887-1973), os estudos que procuravam relacionar o comportamento reprodutivo das sociedades à sua organização sócio-cultural ganham fôlego, como a pesquisa desenvolvida por Caldwell (1975) no Oeste da África. Neste estudo, foi possível constatar que as sociedades tradicionais daquela região mantinham formas deliberadas de controle da sua reprodução (concepção e natalidade) - sobretudo com o espaçamento entre os partos através do tabu pós-parto. Ficou evidente, também, que a modernização poderia acarretar uma desorganização na estrutura sócio-cultural das sociedades, levando à perda de tradições, entre elas os arranjos através dos quais o processo reprodutivo é regulado. Isso porque, conforme ressaltou AZEVEDO (2003: 13):

---

<sup>3</sup> Nos sistemas com unifiliação, entende-se que a criança descende exclusivamente de um dos genitores - definido segundo o padrão cultural de cada povo. São as regras de filiação que determinam a qualidade dos indivíduos como membros do grupo e também o conjunto de direitos e deveres que eles passam a desempenhar no interior das relações sociais, tais como regras de aliança, casamento e residência. O princípio de filiação define a transmissão dos elementos que formam a identidade de cada indivíduo, dividindo os consangüíneos, designados por termos que determinam sua posição e papel sociais, classificando-os em duas séries: os casáveis e os não casáveis - uma vez que a finalidade última deste sistema é a (re)transmissão dos elementos próprios do seu grupo social aos seus futuros descendentes (ROMANO, 1989).



Antropólogos já demonstraram que muitas sociedades primitivas com numerosas instituições, crenças, códigos simbólicos, tabus, formam uma máquina bem integrada onde cada elemento tem várias funções no controle da reprodução humana. Historiadores e demógrafos demonstraram que na Europa pré-revolução industrial, muitos mecanismos operavam nas sociedades durante vários séculos com regularidade controlando os parâmetros demográficos de acordo com seus recursos e tecnologias.

Nesse sentido, as hipóteses atuais sobre a relação entre fecundidade e cultura/organização social se pautam na premissa de que “a fecundidade é produzida por um sistema social e cultural, as explicações sobre as mudanças no nível da fecundidade têm, portanto, que ser estruturais” (AZEVEDO, 2003: 14).

De acordo com essa premissa, pode-se dizer que os aspectos centrais da cultura - como estrutura social, sistema político, rituais e cosmologia -, juntamente com aspectos históricos e ambientais vivenciados pelos povos indígenas produzirão distintas dinâmicas demográficas entre eles, sendo preciso reconhecer os fatores que contribuem para a configuração de cada perfil populacional existente.

Nesta perspectiva, vale ressaltar a pesquisa realizada por Lopez (2000) junto à comunidade Guarani Mbyá de Paraty/RJ, cujo objetivo era identificar o padrão de fecundidade dessa população e relacioná-lo à estrutura cultural da mesma. A autora encontrou uma taxa de fecundidade de 10,8 filhos para a média do intervalo entre 1997 e 1999, sugerindo que esta se deve fundamentalmente à baixa idade média das mulheres em idade reprodutiva e ao elevado número médio de filhos nascidos vivos por mulher. Numa análise antropodemográfica, Lopez (2000) afirmou que estes fatores estão intimamente relacionados à estrutura sócio-cultural do grupo, concluindo que as altas taxas de fecundidade do grupo Guarani Mbyá de Paraty/RJ se devem ao interesse e à necessidade deste grupo se manter numérica, econômica e culturalmente, sugerindo que este comportamento reprodutivo é deliberadamente intencional.

Este regime de elevada fecundidade, associado à mortalidade moderada e em sensível queda, resulta em um significativo crescimento populacional, verificado entre um grande número de povos indígenas na América Latina e no Brasil. Nesse sentido, com base na hipótese de que o regime de fecundidade dos povos Guarani é elevado - mesmo quando comparado aos níveis de fecundidade da sociedade nacional, das áreas rurais e de alguns outros povos indígenas no Brasil -, refletindo no perfil desta população, buscou-se conhecer o perfil demográfico da população Guarani nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e algumas medidas de fecundidade desta população.

Para tanto, recorreu-se à pesquisa quantitativa, com base no banco de dados do cadastro vacinal da FUNASA e à uma extensa pesquisa bibliográfica, a partir da qual se buscou conhecer os



fatores sociocosmológicos, culturais e históricos que explicassem a configuração do perfil demográfico e do regime de fecundidade desta população.

De fato, o contingente populacional Guarani localizado nas regiões Sudeste e Sul é marcadamente jovem, uma vez que a participação proporcional dos indivíduos menores de 15 anos ultrapassa 50% do total desta população. Este quadro reflete a manutenção de altas taxas de fecundidade num cenário típico dos povos indígenas estudados no Brasil e na América Latina, revelando que os resultados encontrados na presente pesquisa estão em coerência com os demais estudos nesta área.

### *Centralidade e Vulnerabilidade femininas*

Os povos Guarani têm como base de sua organização social, econômica e política a formação de famílias extensas, isto é, grupos macro familiares que detêm formas de organização da ocupação espacial dentro dos territórios segundo relações de parentesco e afinidade. Esta organização é pautada em princípios patrilineares e uxorilocais, o que estabelece a descendência por linhagem paterna e a regra de residência matrilocal. Assim, a família Guarani, de modo geral, é composta pelo casal principal, suas filhas casadas, os filhos solteiros, genros, netos e irmãos, constituindo uma grande unidade de produção e consumo.

Os laços de parentesco e afinidade são gerados e consolidados sobretudo pelas alianças matrimoniais; nesse contexto, as mulheres ocupam uma posição central, articulando distintas esferas da vida social e cumprindo uma extensa jornada de trabalho, ocupando quase a totalidade do seu tempo com tarefas domésticas e cuidados dispensados aos seus filhos e netos. Portanto, sua saúde e a plena realização de suas atividades diárias são fundamentais para o bom funcionamento de toda a estrutura do grupo.

Na prática, os cuidados diários e rituais com o corpo feminino se referem à sua especificidade biológica e ao papel social de mãe, responsável pela criação dos filhos e zelo pela parentela. Tais cuidados situam-se na esfera da *saúde reprodutiva*, entendida como “(...) um estado de completo bem-estar físico, mental e social (...) concernente ao sistema reprodutivo, suas funções e processos e não apenas mera ausência de doença ou enfermidade” (CIPD, 1994 *apud* BRASIL, 2004: 11).

Sabe-se que, biológica e culturalmente, homens e mulheres estão expostos a padrões distintos de sofrimento, adoecimento e morte. No interior das comunidades indígenas, elas cumprem maior jornada de trabalho, na qual as tarefas diárias e o permanente cuidado das crianças



as tornam mais vulneráveis e, portanto, propensas a adoecer e ir a óbito. A gravidez, por exemplo, é um evento relacionado à vivência da sexualidade e reprodução, não se caracterizando como doença. No entanto, sua ocorrência (exclusivamente feminina) aumenta a morbimortalidade materna, ou seja, torna a mulher mais propensa a adoecer e/ou agravar enfermidades já existentes e, conseqüentemente, a morrer.

Nesta perspectiva, o regime de elevada fecundidade Guarani, condição para a formação de uma prole numerosa e, conseqüentemente, famílias extensas - alicerce da organização sócio-cultural e política Guarani - deve ser compreendido sob a luz dos fatores sócio-cosmológicos, culturais e históricos que expliquem este padrão reprodutivo, paralelamente à análise mais apurada do perfil demográfico desta população.

Esse padrão de comportamento e reprodução, responsável pela alta fecundidade e, conseqüentemente, pelo rápido incremento populacional verificado entre os povos Guarani, está fortemente amparado em princípios sócio-culturais, reiterando a suposta centralidade feminina, cujos papéis principais no interior da sociedade gravitam em torno do casamento e da reprodução.

Contudo, ao atribuir às mulheres a incumbência de gerar uma prole numerosa, sendo responsável pela promoção de um cenário ideal para o êxito na criação e na educação dos seus filhos e netos, intensifica-se a vulnerabilidade deste grupo, tendo em vista a maior exposição das mulheres aos riscos que envolvem a gestação, o parto e o puerpério, à maior carga de trabalho que uma prole numerosa acarreta e à pressão social de um grupo organizado segundo o princípio de descendência patrilinear, que condiciona o poder e o prestígio do chefe da família ao tamanho da prole que sua esposa foi capaz de gerar.

Em suma, considerando a íntima relação entre cultura e dinâmica populacional, numa análise antro-po-demográfica, pudemos identificar na estrutura cultural Guarani o alicerce para a configuração sócio-econômica e política deste povo, pois a formação de famílias extensas - dada pela alta fecundidade - é condição *sine qua non* para a manutenção demográfica e cultural Guarani.

### *Referências Bibliográficas*

- AZEVEDO, Marta Maria Amaral. **Demografia dos povos indígenas do alto rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução.** Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Campinas, 2003.
- AZEVEDO, Marta Maria do Amaral. **Povos Indígenas na América Latina estão em processo de crescimento.** In: INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. Povos Indígenas no Brasil 2001/2005. ISA, 2006: 55-58.



- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.
- CHESNAIS, J. C. **The Demographic Transition: Stages, Patterns, and Economic Implications**. New York: Clarendon Press/Oxford University Press, 1992.
- ERVITTI DIAZ, B. **População e desenvolvimento**. Centro de Estudos Demográficos (CEDEM). Cuba, 1998.
- GOLDANI, Ana Maria. **Estrutura familiar e transição demográfica: o caso do Brasil**. In: Informe Demográfico, São Paulo, v. 17, 1885, pp. 141-190.
- GUZMÁN, José Miguel; RODRÍGUEZ, Jorge; MARTINEZ, Jorge; CONTRERAS, Juan Manuel; GONZÁLEZ, Daniela. **The demography of Latin America and the Caribbean since 1950**. Population-E 2006, 61(5-6), 519-576.
- LOPEZ, Gloria Margarita Alcaraz. **A fecundidade entre os Guarani: um legado de Kunhankarai**. Tese de doutorado em Ciências na área de Saúde Pública. Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2000.
- PAGLIARO, Heloísa. **A revolução demográfica dos povos indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso, 1970-1999**. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002a.
- PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta. **Comportamento reprodutivo de povos indígenas no Brasil: interface entre a demografia e a antropologia**. In: WONG, Laura L. Rodríguez (org.). Población y salud sexual y reproductiva em America Latina. Série Investigaciones, nº 4. ALAP Editor. Rio de Janeiro, 2008.
- PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta M.; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). **Demografia dos Povos Indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2005.
- PATARRA, Neide Lopes; OLIVEIRA, Maria Coleta Ferreira Albino. **Transição, Transições**. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, v. 01, 1988.
- PATARRA, Neide Lopes; FERREIRA, Carlos Eugênio C. **Repensando a Transição Demográfica: formulações, críticas e perspectivas de análise**. Núcleo de Estudos de População (NEPO)/Unicamp: outubro, 1986.
- ROMANO, Ruggiero (dir.). **Parentesco**. Enciclopédia Einaudi, volume 20. Lisboa: Imprensa Nacional. Casa da Moeda, 1989. Disponível em: <[http://geocities.ws/Athens/Acropolis/9070/fichas/romano\\_parentesco.pdf](http://geocities.ws/Athens/Acropolis/9070/fichas/romano_parentesco.pdf)>. Acesso em: 02 de fevereiro de 2010.
- SOUZA, Luciene Guimarães. **Demografia e Saúde dos Índios Xavante do Brasil Central**. Tese de doutorado apresentada à Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP)/Fiocruz. Rio de Janeiro, 2008.
- THOMPSON, Warren S. **Population**. American Journal of Sociology. 1929, 34(6): pp. 959-975.